



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL - CAU/BR**

**ATA DA 43ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 E 26 DE JUNHO DE 2015.**

1 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quinze, às nove horas, reuniu-se o plenário do  
2 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR**, Confederação Nacional dos  
3 Trabalhadores no Comércio - CNTC, Av. W5 Sul – Quadra 902 - Bloco C – Brasília/DF. Sob a  
4 **Presidência** de Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz os **Conselheiros**: Claudemir Andrade, Anderson  
5 Amaro Lopes de Almeida, Oscarito do Nascimento, Hugo Seguchi, Napoleão Ferreira da Silva Neto,  
6 Anderson Fioreti de Menezes, Maria Eliana Jubé Ribeiro, Maria Laís da Cunha Pereira, José Antonio  
7 Godoy, Wellington Veloso, Ana de Cássia Abdalla Bernardino, Fábio Galisa de Andrade, Fernando Diniz  
8 Moreira, Wellington Carvalho Camarço, Manoel de Oliveira Filho, Luiz Fernando Donadio Janot,  
9 Fernando José de Medeiros Costa, Roseana de Almeida Vasconcelos, Luiz Afonso de Melo, Gislaine  
10 Vargas Saibro, Ronaldo Lima, Marcelo Augusto Costa Maciel, Renato Nunes, Luís Hildebrando Paz e  
11 José Roberto Geraldine Júnior. **Convidados**: Eduardo Nardelli – Secretário Executivo do CEAU e José  
12 Eduardo Tibiriçá - Ouvidor Geral. **Secretária Geral da Mesa**: Daniela Demartini Fernandes. **1.**  
13 **Abertura**: O presidente **HAROLDO PINHEIRO**, às nove horas do dia vinte e cinco de junho de dois  
14 mil e quinze, iniciou a 43ª Plenária Ordinária do CAU/BR. **2. Execução do Hino Nacional Brasileiro**: O  
15 presidente **HAROLDO PINHEIRO** pediu que todos, de pé, ouvissem a execução do Hino Nacional  
16 Brasileiro. **3. Aprovação da pauta**: O presidente **HAROLDO PINHEIRO** perguntou se todos estavam  
17 cientes da pauta da reunião e se tinham alguma informação ou alguma solicitação de informação por parte  
18 do plenário. Sugeriu algumas mudanças na ordem de apresentação das matérias listadas na pauta inicial e  
19 inclusão de outros temas extra pauta, as quais foram aprovadas pelo Plenário. **4. Aprovação da Ata da**  
20 **42ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR**: o presidente **HAROLDO PINHEIRO** consultou os  
21 presentes se havia necessidade de algum ajuste. Na ausência de manifestação, a ata foi aprovada com  
22 dezoito votos à favor, nenhum voto contrário e cinco abstenções. **5. Comunicações: 5.1. CEAU**: o  
23 presidente **HAROLDO PINHEIRO** solicitou que o secretário executivo do CEAU fizesse seu  
24 comunicado ao Plenário. O secretário executivo do CEAU, **EDUARDO NARDELLI**, informou que o  
25 CEAU tinha realizado na semana passada mais uma reunião itinerante do CEAU/BR, em Manaus.  
26 Informou que deliberaram sobre a planilha que havia sido montada para revisão e divulgação da tabela de  
27 honorários, ponto de grande importância no esforço da valorização da Arquitetura e Urbanismo.  
28 Ressaltou que foi pensada uma nova estrutura para o Seminário de Contratação de Projetos por Concurso  
29 Público, cogitando a possibilidade de mudança de data para outubro. Disse que seriam convidados os



30 representantes da Colômbia, França e Estados Unidos para que falassem sobre as suas experiências. Os  
31 representantes brasileiros falarão um pouco do panorama geral do qual o Brasil está vivendo na  
32 contratação de projetos, Lei 8.666, URDC e UPL. Disse que a ideia era levar também um representante  
33 do TCU ou da própria associação com que estavam conversando no momento, ou eventualmente do  
34 Ministério Público. **5.2. Ouvidoria Geral;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o colega o  
35 ouvidor geral do CAU/BR para fazer o seu comunicado. O ouvidor **EDUARDO TIBIRIÇA** disse que a  
36 ouvidoria tinha preparado um relatório completo sobre os três anos de gestão, com os números de  
37 atendimento, a classificação e a qualificação de cada um deles, mas confessava que iria deixar aquele  
38 relatório pronto para que o futuro ouvidor pudesse colocar no ar e disponibilizar para todos, pois hoje,  
39 realmente, ele queria conversar com os seus amigos daquela casa. Disse que tinha sido imensamente feliz  
40 de ter trabalhado com todos naqueles anos e se sentia realmente homenageado por todos, pelo carinho e  
41 pelo apoio. Disse que foi com uma alegria muito grande que ele conviveu com todos, escutando as  
42 colaborações, as críticas, enfim, um estímulo enorme a tudo o que a ouvidoria conseguiu fazer. Pediu  
43 licença para não citar nomes, pois seria injusto. Tantos foram os amigos e as pessoas que lhe ajudaram.  
44 Mas que não poderia deixar de agradecer especialmente ao meu querido amigo Haroldo, companheiro  
45 antigo, em que ele desenvolveu uma admiração e uma amizade enorme, pelo carinho com o que o mesmo  
46 se dedica às causas dos arquitetos, pela profundidade com que ele aborda os problemas, pela dedicação  
47 com que ele se envolve com os problemas dos arquitetos. Disse que queria festejar com todos a renovação  
48 e a festa das ideias, pois são elas que devem evoluir, e agradecer a todos, com um muito obrigado. O  
49 presidente **HAROLDO PINHEIRO** disse que o Tibiriçá se revelou um sujeito muito forte nas suas  
50 determinações, no seu entendimento e ao mesmo tempo flexível para ouvir, pra ponderar, pra buscar um  
51 entendimento. Agradeceu pelo prazeroso convívio. **5.3. Coordenadores das Comissões Especiais -**  
52 **5.3.1. CPP;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o coordenador da CPP-CAU/BR para  
53 iniciar os informes das comissões especiais. O conselheiro **WELLINGTON VELOSO** informou que  
54 esteve em Alagoas para tratar do Seminário de Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo, o  
55 CAU/BR se reunirá com a Associação dos Municípios Alagoanos, que abrange aproximadamente 80%  
56 dos prefeitos de Alagoas. A ideia é ter prefeitos e arquitetos na mesma reunião, onde vai ser tratado da a  
57 importância de um arquiteto em cada município. Informou que a CPP-CAU/BR analisou os trabalhos do  
58 edital de patrocínio, na modalidade de assistência técnica habitacional de interesse social. Foram  
59 apresentadas vinte e oito propostas naquela modalidade e quatro daqueles foram indicados ao Conselho  
60 Diretor para que fossem contemplados, sugestão acatada na íntegra. Informou que a assessora especial,  
61 Cristina Evelize, ajudou na seleção dos trabalhos analisados. O presidente **HAROLDO PINHEIRO**  
62 agradeceu ao colega Wellington e aproveitou para apresentar a nova assessora, Cristina Evelize, ao  
63 Plenário. **5.3.2. CEN;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o coordenador da CEN-CAU/BR  
64 informação. O conselheiro **LUIZ AFONSO** lembrou que no dia 22 de julho de 2015 a CEN-CAU/BR  
65 tinha um encontro um encontro com os conselheiros federais para discutir cinco pontos estratégicos sobre  
66 o regimento eleitoral, vindos como contribuições dos CAU/UF e dos conselheiros. O conselheiro



67 **RONALDO LIMA** questionou sobre as justificativas dos votos e sobre o problema das multas. O  
68 presidente **HAROLDO PINHEIRO** disse que aquele assunto era para ser analisado com calma e tomar  
69 uma decisão bastante segura para enfrentar a discussão que vai seguir. **5.3.3. CPOA**; O presidente  
70 **HAROLDO PINHEIRO** convidou a coordenadora da CPOA-CAU/BR para fazer os informes da  
71 comissão. A conselheira **LANA JUBÉ** disse que a CPOA-CAU/BR na última reunião, em função dessa  
72 missão especial que teve no Acre, no último dia 27, de incentivar os CAU/UF para implantar as  
73 comissões no seu âmbito, definiu uma reunião em outubro, no CAU/GO e analisou a sugestão para uma  
74 reunião no CAU/RJ para estreitar laços com as CPOA-CAU/UF. Informou que o Seminário Nacional das  
75 Comissões de Política Urbana e Ambiental foi prorrogado para março de 2016, tendo como pauta a  
76 questão da legislação urbana, principalmente os Planos Diretores, o Estatuto da Cidade e as leis  
77 ambientais. Disse que a missão do Acre foi extremamente oportuna, que houve todo apoio da equipe do  
78 CAU/BR, da assessoria de comunicação do CAU/BR, da imprensa de Rio Branco. Foram visitadas as  
79 áreas mais afetadas pelas enchentes e depois houve uma reunião com o secretário do estado de  
80 planejamento, com a vice-governadora e com a primeira-dama do estado, que é arquiteta. Ressaltou que a  
81 missão serviu para aproximar o CAU ao Governo do Estado do Acre, apesar de que já tivesse uma boa  
82 relação, pois tanto o secretário como a primeira-dama já fazem parte do rol de profissionais. Foi  
83 solicitado ao CAU que fizesse intervenções junto a programas como o Minha Casa, Minha Vida, pois  
84 eram programas extremamente fechados e que não olhavam os projetos com suas especificidades.  
85 Informou que houve uma reunião também com o secretário de planejamento e o secretário de meio  
86 ambiente do município, juntamente com o prefeito e na sequência um grande debate. Disse que na última  
87 reunião da CPOA-CAU/BR foi feita a análise de três projetos de lei, sendo que um deles foi  
88 extremamente debatido, pois tratava de telhado verde. Os outros dois eram projetos de lei que tratam de  
89 modificações no Estatuto da Cidade. A coordenadora leu o relatório-voto da conselheira Cássia Abdalla  
90 sobre o processo Quitandinha +50, feito com o IAB/DN, encerrando aquela pendência. O presidente  
91 **HAROLDO PINHEIRO** informou que iria encaminhar aquela informação para a outra parte do  
92 convênio, para que tivessem conhecimento. Disse que tinha acompanhado de perto também e entendia  
93 que houve realmente várias incompreensões e desnecessárias discussões, como estava registrado no  
94 parecer da relatora. **5.3.4. CRI**; o presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o coordenador da CRI-  
95 CAU/BR para fazer os informes da comissão. O conselheiro **FERNANDO DINIZ** disse que na última  
96 reunião da Comissão de Relações Internacionais foi lembrado o plano de ação da comissão. Relatou que  
97 tem ocorrido problemas nas reuniões da Comissão de Integração da Agrimensura, Agronomia,  
98 Arquitetura, Engenharia e Geologia para o Mercosul, CIAM, pois o CONFEA não tem comunicado ao  
99 CAU as datas e locais e devido a este problema a comissão decidiu enviar um ofício ao Itamaraty, para  
100 comunicá-lo do que tem ocorrido, e ao CONFEA, para lembrá-lo que ele não representa mais a  
101 arquitetura brasileira e é o CAU quem detém essa posição. Além disso, o CAU entrará em contato com os  
102 países membros da CIAM para informar como de fato tem ocorrido no Brasil em relação à arquitetura  
103 brasileira, o que o CONFEA não fez nas referidas reuniões da CIAM. Informou que o conselheiro Janot



104 relatou o desenvolvimento da organização do RIO UIA 2020, em que já foi discutido possíveis  
105 localizações, a realização de um concurso para definir a identidade visual do evento e a organização de  
106 Associação com Propósito Específico (APE) e grupos de trabalho. A respeito dos acordos, noticiou o  
107 envio da minuta de aditivo do acordo com a Ordem dos Arquitetos de Portugal (OA/PT) e, caso ele seja  
108 aprovada em tempo hábil, será levada a próxima reunião plenária. Comunicou que o acordo com a  
109 *Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos* (FPAA) foi retomado e em breve será feito um  
110 Memorando de Entendimento. Relatou que a assessoria está realizando estudo sobre países da América do  
111 Sul que não fazem parte do MERCOSUL, tais como Colômbia e Peru, para que possam ser feitos projetos  
112 de acordos com os respectivos países. Por fim, leu a apresentação do relato de visita aos EUA, no qual o  
113 conselheiro e Mirna Lobo se encontraram com representantes do AIA, NCARB, NAAB, dentre outras  
114 instituições e países. O relatório completo da visita foi enviado à presidência e está à disposição de todos.

115 **5.4. Coordenadores das Comissões Ordinárias; 5.4.1. CED;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO**  
116 convidou o coordenador da CED-CAU/BR para fazer os informes da comissão. O conselheiro  
117 **NAPOLEÃO FERREIRA** informou que a comissão tem tido iniciativas no sentido de integrar mais no  
118 cotidiano das comissões os trabalhos, pois geralmente os trabalhos são informados na plenária, mas de  
119 uma maneira que o tempo não comporta e o entendimento de algumas matérias são divergentes, fazendo  
120 ser interessante manter a possibilidade de diálogo entre as comissões no cotidiano de suas atividades.  
121 Disse que a assessora da CED-CAU/BR, Giuliana Freitas, preparou um resumo da última reunião, o qual  
122 foi apresentado. Foi discutido sobre o Seminário Regional da Região Centro-Oeste, em Goiânia, previsto  
123 para o dia 03 de julho, onde contavam com a participação dos representantes das comissões de ética de  
124 todos os estados, praticamente do país todo, dando continuidade ao diálogo, ao entendimento para que as  
125 resoluções se aperfeiçoem e também sejam aplicáveis por quem vai executar realmente as atividades nos  
126 estados. O seminário terá a participação do presidente do CAU/BA, Guivaldo de Alexandria Batista. Uma  
127 reunião ordinária da CED e seminário de ética no CAU/PI. Informou que o presidente do CAU/PI, o  
128 colega Emanuel Castelo Branco, que também coordenou a Comissão de Ética anteriormente, propôs uma  
129 reunião da comissão em Teresina. Disse que o Módulo Ético do SICCAU avançou bastante e espera-se  
130 que brevemente todo o processo ético seja colocado com a garantia de sigilo dentro do SICCAU.  
131 Ressaltou que foi marcada a data do treinamento das assessorias das comissões de ética, que trata dos  
132 assessores, tanto dos assessores jurídicos como assessores arquitetos. Informou que foi também discutido  
133 a formação de professores de ética. A ideia é o aprimoramento, a partir da tecnologia da educação à  
134 distância. Mencionou a contratação do colega consultor João Honório de Melo para orientar nos  
135 procedimentos dos julgamentos nas instâncias estaduais e do CAU/BR, estabelecendo uma tipologia de  
136 rito. Falou sobre a nota de desagravo, que são situações específicas em que uma ofensa a um profissional  
137 ou a própria instituição por alguém, independentemente de quem seja, precise ter uma resposta oficial  
138 através de uma nota de desagravo. Informou que outro assunto em discussão era o acatamento de  
139 denúncia, pois a regra da resolução ainda era muito superficial em relação ao que realmente poderia ser  
140 considerada como uma denúncia ou não. Finalizou mencionando a questão da reabilitação, cancelamento



141 do registro, considerando que no país não tem pena perpétua, nem pena de morte. **5.4.2. CEF;** o  
142 presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o coordenador da CEF-CAU/BR para fazer os informes da  
143 comissão. O conselheiro **FERNANDO COSTA** disse que a comissão reuniu no início do mês e tratou de  
144 assuntos de rotina, mas que gostaria de ressaltar alguns pontos. A reunião com a CED sobre a formação  
145 de professores, disponibilizando inicialmente um módulo a professores para educação à distância, que  
146 tratasse inicialmente da questão da ética, mas que também poderia ser ampliada depois para a questão do  
147 exercício profissional e demais temas que pudessem ser do interesse do CAU, ficando acertado que a  
148 CED-CAU/BR, a partir desse material que será produzido, provavelmente pelo colega João Honório de  
149 Melo, teria o conteúdo transposto para a tecnologia da educação à distância. O módulo poderia ter um  
150 convênio com a Interlegis, que tem a educação à distância já implantada e alguns órgãos públicos já tem a  
151 plataforma. Informou que foi trabalhada a montagem do edital, reedição do edital que foi feito ano  
152 passado sobre a matriz de mobilidade do exercício profissional. Inicialmente foi convocada dez  
153 instituições de ensino como teste, fazendo um projeto piloto, tendo hoje a capacidade de atender um  
154 número bem maior e a possibilidade de construir um novo edital a ser publicado agora, ainda no segundo  
155 semestre, em julho provavelmente, chamando as instituições de ensino a utilizarem o material disponível  
156 no IGEO e no SICCAU. Disse que estão trabalhando, já definido o tema de referência para a contratação  
157 de consultores em dois projetos que a CEF-CAU/BR vem desenvolvendo já a alguns anos, que são o  
158 projeto da acreditação dos cursos e o projeto de residência técnica. Falou que também trabalham com a  
159 deliberação da COA-CAU/BR, que solicitou das comissões quais seriam as matérias terminativas no  
160 âmbito da comissão, e num trabalho de rotina que vem sendo desenvolvido e apresentado nas plenárias,  
161 que é o registro de profissionais formados no exterior. Finalizou informando que, na reunião do CEAU  
162 em Manaus, houve a participação de representantes da CEF-CAU/BR, quando oportunamente, a convite  
163 do ex-conselheiro do CAU/BR, Rodrigo Capelatto, visitaram o curso de Arquitetura e Urbanismo da  
164 Universidade Federal do Amazonas, que embora já tenha formado uma turma de arquitetos e Urbanistas,  
165 ainda não tem o seu registro e reconhecimento pelo MEC. **5.4.3. CEP;** - o vice-presidente **ANDERSON**  
166 **FIGURETI** solicitou ao coordenador da CEP-CAU/BR que fizesse os informes da comissão. O  
167 conselheiro **LUIZ FERNANDO JANOT** disse que queria dividir com todos a grande satisfação que foi,  
168 15 dias atrás, o bem sucedido encontro temático da CEP-CAU/BR com os CAU-UF. Ressaltou que o  
169 resultado imediato que se poderia tirar daquele encontro era a modificação da imagem do CAU/BR, que  
170 vinha sendo vista como se estivesse em uma torre de marfim, determinando as regras do jogo para todos,  
171 de cima pra baixo. Complementou dizendo que era exatamente o contrário, que todos do CAU/BR  
172 estavam buscando, naquele encontro temático, romper com uma espécie de imediatismo, buscar e  
173 perseguir o que eu acho que é o principal objetivo do CAU, que era a reflexão. Informou que houve uma  
174 contribuição fantástica, todos os CAU/UF participaram daquele encontro, com 70 representantes dos  
175 CAU/UF e mais 30 outros inscritos, sem considerar os que assistiram de videoconferência. Enfatizou que  
176 o CAU/BR tinha uma maior intensão que escutar era mais importante do que falar. Assim, foram criados  
177 4 grupos temáticos, formatados na base de *workshop*. Informou que os temas foram a Resolução 22,



178 Fiscalização, sob a coordenação do conselheiro Hugo Seguchi; a Resolução 21, Atividades Plenas,  
179 coordenado pelo conselheiro Alberto Tostes; a Resolução 51, com Atividades Privativas, coordenadas  
180 pelo conselheiro Hidelbrando; e o RRT, coordenado pelo conselheiro Claudemir. Concluiu que as  
181 contribuições vindas daqueles grupos de trabalho vão dar sustentação para proposições, modificações  
182 futuras, aprimoramento e aperfeiçoamento das nossas resoluções. **5.4.4. COA;** o presidente **HAROLDO**  
183 **PINHEIRO** convidou a coordenadora da Comissão de Organização e Administração para fazer os  
184 informes da comissão. A conselheira **GISLAINE SAIBRO** disse que a COA-CAU/BR estava recebendo  
185 as contribuições de todas as comissões com relação às matérias que consideram terminativas, conforme  
186 solicitada, juntamente com a sugestão de documentos que precisam ser padronizados. Informou que a  
187 comissão estava atuando na questão da Nota de Desagravo sob o aspecto regimental e legal, por  
188 solicitação. Que estavam trazendo hoje à plenária dois documentos, um sobre o procedimento para  
189 aprovação de atos administrativos e outro sobre a regulamentação dos artigos 55 e 56, do Regimento  
190 Geral, sobre a Comissão Eleitoral Nacional. Falou sobre o encontro com as COA-CAU/UF, no qual foi  
191 iniciado um trabalho de diálogo. Houve uma participação bastante expressiva. Com 49 presenças e 18  
192 participações virtuais. Disse que a comissão teve uma primeira rodada de colheita, de contribuições por  
193 parte desses colegas que, alertados para a questão da importância de seus regimentos nos estados  
194 ,pudessem fazer uma relação com o Regimento Geral, e com isso, pudessem participar com contribuições  
195 de uma forma mais efetiva. Disse que as principais inquietações foram o funcionamento e a competência  
196 das comissões, pois um problema sério é que o funcionamento de comissões em alguns estados que tem  
197 poucos conselheiros. Outras grandes preocupações debatidas, por parte das pessoas que vieram no evento,  
198 foram as questões de autonomia e hierarquia dos CAU/UF, pois estava muito clara uma preocupação de  
199 possíveis sobreposições com relação às competências do conselho federal e dos conselhos dos estados.  
200 Agradeceu especialmente a assessoria da comissão, Rodrigo e a Luciana, que foram incansáveis na  
201 organização do nosso evento. **5.4.5. CPFi;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o  
202 coordenador da CPFi-CAU/BR para fazer os informes da comissão. O conselheiro **ANDERSON**  
203 **FIGLIOTTI** disse que na 40ª reunião da CPFi-CAU/BR foi tratado sobre o projeto de resolução para  
204 negociação de débitos e que o mesmo está sendo finalizando com uma proposta de resolução, que prevê  
205 estabelecer uma recuperação desses débitos e dos profissionais, ou seja, os créditos que o conselho tem  
206 com esses profissionais, está sendo feito um estudo bastante aprofundado do montante desse débito e  
207 também das opções que serão apresentadas para que os profissionais possam quitar esse débito. Informou  
208 sobre um encontro com os coordenadores da CPFi-CAU/UF, marcada para o dia 08 de julho de 2015,  
209 durante a reunião da comissão. A reunião da comissão ocorrerá no dia 07 e 08, por conta do seminário  
210 legislativo, 09 e 10 de julho de 2015. Disse que aquela reunião com os coordenadores das CPFi-CAU/UF  
211 iria acontecer devido o que foi percebido a inconsistência durante a análise do processo de prestação de  
212 contas, achando oportuno uma imediata conversa com os conselheiros coordenadores no sentido de um  
213 treinamento sobre o papel da comissão de finanças e o que efetivamente ela precisa fazer, qual é a  
214 responsabilidade dela na fiscalização das contas dos estados. Informou que a comissão está fazendo um



215 estudo amplo sobre custos das participações dos conselheiros nas reuniões do CAU/BR e das regras  
216 básicas para aplicação, o que é chamado de custo conselheiro. Tratando também da resolução de  
217 ressarcimento dos valores pagos indevidamente pelos profissionais ao conselho e das diretrizes para  
218 reprogramação do orçamento em 2015. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** agradeceu a todos os  
219 coordenadores das comissões e informou que estava sendo solicitado para conversar com alguns  
220 deputados da Comissão de Constituição e Justiça, na Câmara dos Deputados, sobre a discussão que está  
221 acontecendo lá com a presença de muitos designers de interiores sobre o projeto de lei que cria a  
222 profissão de designers de interiores. Disse que aquela discussão vem sendo feita há muito tempo entre o  
223 conselho e as lideranças dos designers de interiores e do ponto de vista da prática profissional e do  
224 exercício profissional. O projeto de lei deles foi bastante enxugado para reduzir as áreas de sombreamento  
225 e de conflito e zerar os conflitos com as atribuições privativas do arquiteto. Informou que alguns  
226 arquitetos dialogaram com os designers e proporcionaram uma limpeza no projeto de lei deles, embora  
227 alertados que haja dois pontos fundamentais que dificultam muito um apoio do CAU/BR para aquele  
228 projeto de lei, ausência de um artigo sequer que trate da ética naquela profissão que está sendo criada e a  
229 não explicitação da maneira que aquela profissão será fiscalizada e controlada. Concluiu dizendo que o  
230 CAU continuará conversando, enquanto houver algum tempo para dialogar, particularmente deputado  
231 Espiridião Amim, de Santa Catarina, que está a frente dessa discussão agora e tentando lá chegar a um  
232 acordo. Disse que o pessoal da Assessoria Legislativa do CAU/BR está atento aos fatos. **6. Assinatura de**  
233 **acordo entre o CAU/BR e UNOPS (United Nations Office for Project Services - Escritório das**  
234 **Nações Unidas de Serviços para Projetos) – Deliberação CAU/BR nº 42-06/2015;** o presidente  
235 **HAROLDO PINHEIRO** anunciou a chegada da Sra. Suelma Rosa dos Santos, da UNOPS - Escritório  
236 das Nações Unidas de Serviços para Projetos, para a assinatura do Memorando de Entendimento,  
237 aprovado na plenária passada. A gerente do Centro de Projetos no Brasil, **SUELMA DOS SANTOS**,  
238 disse que era uma honra a oportunidade de formalização aquela parceria com o CAU. A UNOPS era uma  
239 agência das Nações Unidas que foi criada em 1995 para tratar da agenda de compras públicas e  
240 infraestrutura. Aquela agenda ela vinha dispersa dentro do sistema e a assembleia geral decidiu que  
241 caberia a criação de uma agência especializada. Por causa daquela temática, era uma agência que tinha  
242 uma característica um pouco diferenciada. Era uma agência de arquitetos e engenheiros. Chegou no Brasil  
243 em 2012 para apoiar o sistema das Nações Unidas na sua própria logística e na construção da casa da  
244 ONU e a partir de 2013 e 2014 passou a apoiar o governo brasileiro em na agenda de melhoria na  
245 eficiência de gestão de obras públicas. Hoje a participação dos arquitetos brasileiros no total das obras da  
246 UNOPS, em 86 países, ainda é muito baixa. É plano trazer um número maior de profissionais para essa  
247 nossa rede mundial de projetistas e de arquitetos, seja no ramo de ação humanitária, que é muito forte da  
248 UNOPS, seja na promoção da agenda de desenvolvimento e melhoria na eficiência de obras públicas, no  
249 Brasil, na América Latina e em todo o mundo. A intenção com essa parceria é que, primeiro de um lado,  
250 que o conselho possa participar mais ativamente dos projetos da UNOPS, reunindo esforços na promoção  
251 de toda a agenda de defesa em favor de melhoria na qualidade dos projetos, no detalhamento dos projetos



252 antes que avance para modelos de contratação, podendo auxiliar ao estado brasileiro nos três níveis  
253 federativos, melhorando a capacidade em gestão de obras públicas. Hoje a UNOPS tem parceria com  
254 diversos órgãos da administração federal, cada vez mais formalizando parcerias com governos estaduais e  
255 municipais. Com o Memorando de Entendimento as atividades que vão ser desenvolvidas, terá uma  
256 capacidade maior de atender o governo brasileiro e de elevar a qualidade e a eficiência do setor no país.  
257 Agradeceu a oportunidade, disse que era muito bom poder falar sobre a UNOPS, apresentar a agência  
258 para um público tão qualificado como aquele, já que ela ainda era muito pouco conhecida no Brasil. O  
259 presidente **HAROLDO PINHEIRO** agradeceu e disse que tinha certeza que com a colaboração das  
260 diversas comissões do CAU/BR e especialmente com a participação dos CAU/U, poderia haver, de fato, a  
261 realização de um trabalho conjunto em nome das causas que a UNOPS trata e abraça. Convidou a Sra.  
262 Suelma dos Santos para a assinatura do documento. **7. Ordem do dia: 7.12. Projeto de Deliberação**  
263 **Plenária que aprova a apresentação da campanha pela Ética na Arquitetura e Urbanismo;** o  
264 presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o coordenador da Assessoria de Comunicação para  
265 apresentar o projeto. O Assessor de Comunicação do CAU/BR, **JÚLIO MORENO**, apresentou a  
266 campanha que tem como guarda-chuva, Arquitetos Pela Ética, com enfoque muito preciso na questão da  
267 Reserva Técnica. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** pediu, antes de abrir a palavra para o plenário,  
268 que fizesse um comentário sobre o assunto. Na plenária passada, plenária ampliada, houve uma  
269 manifestação de uma entidade estadual de arquitetos contra o CAU/PA, o qual estava cobrando aquela  
270 responsabilidade ética dos arquitetos, havendo uma manifestação contra o cumprimento da sua obrigação  
271 como conselho estadual, que veio acompanhada de uma Carta de Desagravo assinada por todos os  
272 presidentes dos CAU/UF. Naquela ocasião, como o plenário estava reunido, consultou o plenário, e por  
273 unanimidade, aquele plenário autorizou-o a assinar também aquele documento, em desagravo, em apoio a  
274 ação do CAU/PA. Disse que todos sabiam que situações como aquela sempre despertavam receio, por  
275 tocar em algo delicado, transformando em tabus. Enfatizou que as vítimas daquele vazio ético, vividas  
276 nas últimas décadas, estavam paulatinamente crescendo e contaminando a todos, especialmente os recém-  
277 formados, chegando ao ponto do recebimento de correspondências das empresas em uma campanha  
278 cotidiana, transformando os arquitetos em vendedores e tornando difuso o limite de responsabilidade dos  
279 mesmos. Concluiu dizendo que deve ser compreendido os que tem receios, mas que atitudes de vanguarda  
280 devem ser tomadas no processo e que se cessem as respostas tardias a manifestos e campanhas que  
281 surgem pela mídia denegrindo a profissão de arquiteto. Disse que tinha que se pronunciar como  
282 conselheiro do CAU/BR e não gostaria de concluir aquele segundo e último mandato sem a satisfação de  
283 se posicionar publicamente com relação a aquele assunto. O conselheiro **JOSÉ GODOY** disse que estava  
284 gostando da campanha, mas o termo Reserva Técnica era muito chique e poderia ser trocado por propina,  
285 suborno, corrupção etc.. o conselheiro **WELLINGTON CAMARÇO** disse que se em alguns estados era  
286 algo normal que estava acontecendo, no meu estado, no Piauí estava quase sendo institucionalizado.  
287 Concluiu dizendo que alen de uma falta ética era um crime de sonegação. O conselheiro **RONALDO**  
288 **LIMA** disse que ouviu um comentário que houve uma chapas, em algum estado, que não sabia qual era,



289 que pautou a sua campanha em cima da defesa da Reserva Técnica. Informou que já pegou algumas  
290 situações, mesmo em Santa Catarina, à boca miúda, alguém defendendo ou achando que era preciso uma  
291 maior flexibilidade e uma maior compreensão do que representa a Reserva Técnica na receita de um  
292 escritório. Concluiu dizendo que a campanha era boa, mas que talvez houvesse uma preocupação com o  
293 desenvolvimento do projeto. O conselheiro **RENATO NUNES** disse que tinha certeza iriam pegar uma  
294 frente de batalha muito forte. Muito, muito forte, porque estavam preocupados em fazer uma leitura e  
295 uma ação fundamentalmente ética, mas o que vai ser confrontado com o inimigo é fundamentalmente  
296 ganancioso. É dinheiro que está atrás disso. E o mercado da construção não é só composto por arquitetos,  
297 os engenheiros estão habituados a fazer aquilo. Eles vão ser contrários. Ressaltou que tem que haver uma  
298 preparação com cuidado. Concluiu dizendo que o marqueteiro que inventou o termo Reserva Técnica  
299 deveria ganhar um prêmio, pois ela tem uma força de ilusão que as pessoas acham que é divino. Falou  
300 que aquele que era o ponto para enfatizar, desmoralizando o eufemismo da expressão e a ilegalidade da  
301 prática da Reserva Técnica. O secretário do CEAU, **EDUARDO NARDELLI**, disse que o que estava em  
302 debate lá não era se eles eram a favor ou contra a reserva técnica. O que estavam discutindo era uma  
303 campanha pela ética profissional e contra a reserva técnica. Informou que foi naqueles termos a discussão  
304 da questão lá em Manaus, na reunião do CEAU. Falou que podia dizer que as entidades, quase que  
305 unanimemente, se posicionaram contrárias a campanha. O que precisava ser discutido era se aquela  
306 campanha atingia os objetivos a que ela estava se propondo, podendo, inclusive, provocar um efeito  
307 contrário, passando para a sociedade a ideia de que os arquitetos, de um modo geral, recebem reserva  
308 técnica. A conselheira **LANA JUBÉ** disse que não adiantava fingir que a coisa não estava acontecendo,  
309 pois estava manchando os arquitetos que não praticavam a Reserva Técnica. Falou que a campanha já  
310 tinha sido formatada várias vezes e era exatamente aquilo que estava mostrando claro na campanha, que  
311 era uma mancha para quem fazia. Concluiu dizendo que não poderiam mais fazer de conta que aquilo não  
312 estava acontecendo, pois estava acontecendo de uma forma efetiva, em alguns estados de forma muito  
313 grotesca e com um grande contingente de pessoas. O conselheiro **OSCARITO DO NASCIMENTO**  
314 disse que gostaria de dar uma sugestão a título de colaboração para a campanha. Com relação ao público  
315 alvo que ela estava pretendendo atingir, sugeriu que poderia ser feito em cima dos egressos, que são  
316 aproximadamente seis mil por ano. Ressaltou que palestras poderiam ser incluídas na formação com carga  
317 horária obrigatória e atividades complementares. A conselheira **CÁSSIA ABDALLA** disse que ficou  
318 abismada com a declaração do colega do CEAU, que disse que as entidades de arquitetura e urbanismo  
319 estavam contra a campanha da Reserva Técnica. Enfatizou, como ex-presidente do IAB, que sabia que  
320 aquilo sempre foi matéria de discussão, mesmo antes da criação da lei federal. Que sempre tinha se  
321 pautado dentro do IAB a defender a não cobrança da Reserva Técnica, antigamente chamada de  
322 Comissão. Disse que gostaria que o CEAU repensasse sua posição e apelou principalmente ao IAB, no  
323 qual tinha uma história, para que não tivessem receio de tocar naquela ferida. Ressaltou que não queria  
324 mais perder trabalhos para colegas que não cobram o projeto e já direcionam seus projetos para a compra.  
325 Disse que estava sendo antipatizada dentro do seu próprio estado, da sua cidade, por colegas seus,



326 inclusive alguns do próprio CAU/MT, que defendem a Reserva Técnica por questões de manutenção de  
327 seus escritórios. Concluiu dizendo que acreditava que deveriam começar. Que iam ser bombardeados,  
328 mas que o propósito era melhor, pois acreditava em uma luta de um conselho novo que promovesse o  
329 respeito de sua profissão. O conselheiro **ANDERSON FIORETI** disse que gostaria de esclarecer a fala  
330 do colega Nardelli sobre o ponto de vista do CEAU em relação a campanha da Reserva técnica,  
331 colocando que, no seu entendimento, não tinha saído uma decisão do CEAU afirmando que as entidades  
332 eram contra a campanha. O que lhe pareceu foi que o IAB e a ASBEA tinham uma posição muito firme  
333 contra a campanha e por motivos um pouco diferentes, mas contra a campanha, não a favor da Reserva  
334 Técnica. Concluiu dizendo que a ABEA, ABAP e FNA se manifestaram com relação às peças da  
335 campanha e que a mesma fosse precedida de outras, ou em paralelo a outras questões importantes da  
336 prática profissional. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** disse que, considerando muitas observações  
337 que foram colocadas, tinha o encaminhamento de definir sobre a aprovação ou rejeição da campanha.  
338 Perguntou aos colegas se estavam informados e se poderia colocar o tema em regime de votação. Após a  
339 votação a matéria foi aprovada com dezoito votos a favor da campanha, dois votos contra a campanha,  
340 quatro votos por abstenção. Prosseguiu dizendo que agora nas deliberações do CAU/BR será colocada a  
341 anotação do voto de cada conselheiros, para preservar-los e ficar bem clara a posição de cada um. Disse  
342 que a matéria estava aprovada e que as entidades que não quisessem participar daquela campanha,  
343 naturalmente, não estariam obrigadas. Concluiu dizendo que estava feliz e agradecido ao conselho, e se  
344 não foi a melhor campanha, foi a melhor que tinham conseguido planejar até aquele momento, ficando  
345 sujeito a aperfeiçoamentos. Agradeceu a todos e pediu que a sessão retomasse às quatorze horas e trinta  
346 minutos. **7.1. Devolução de pedido de vistas do Conselheiro Renato Nunes: Projeto de Deliberação**  
347 **Plenária de apreciação de recurso interposto ao Processo de Fiscalização do CAU/MG - Protocolo**  
348 **SICCAU 187939/2014;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o conselheiro Renato para  
349 exposição do voto de vista. O conselheiro **RENATO NUNES** disse que precisava fazer um comentário  
350 no sentido de atribuir ao trabalho da comissão de exercício profissional, que fez o parecer, um voto de  
351 apoio pela densidade do trabalho. Mas que no dia em que foi lido, lhe chamou a atenção um aspecto que  
352 pareceu duvidoso em relação aquele encaminhamento, por aquele motivo, pediu vistas. Leu o voto de  
353 vista. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** disse que o voto original tinha sido lido na plenária  
354 passada. O conselheiro **CLAUDEMIR ANDRADE** informou que aquele processo tinha sido relatado  
355 pelo colega Gonzalo, mas no entendimento da comissão a ação da fiscalização foi feita em cima do fato  
356 da ausência de RRT, do qual houve a fiscalização e foi feita uma notificação, a qual não foi cumprida. O  
357 conselheiro **HUGO SEGUCHI** disse que gostaria de fazer um resumo do que foi debatido na comissão.  
358 Tratava-se de uma arquiteta de mais de 30 anos de formada, que argumentou em sua própria defesa, que  
359 não fez o recolhimento por conta de viagens. Informou que a arquiteta tentou enganar o sistema,  
360 colocando a data início do trabalho anterior ao evento e a data final dois dias depois do que ela pagou.  
361 Concluiu dizendo que houve má fé no que ela estava fazendo. O conselheiro **LUIZ JANOT** disse que, na  
362 verdade, o pedido de vistas era para examinar a conclusão e o voto da CEP-CAU/BR ao recurso aqui



363 interposto. A conclusão do voto da CEP-CAU/BR que estava sendo questionada pelo conselheiro que  
364 pediu vistas, diz claramente que tendo em vista que a profissional efetuou o Registro de Responsabilidade  
365 Técnica após ter concluído a atividade e entregue o projeto, configurando um registro extemporâneo, a  
366 comissão optou pela manutenção da multa. A conselheira **GISLAINE SAIBRO** disse que não se sentia  
367 devidamente esclarecida, pois a situação era enrolada. Entendeu que para não fazer uma extemporânea,  
368 tentou burlar o sistema, fazendo um RRT simples. O conselheiro **NAPOLEÃO FERREIRA** disse que, a  
369 respeito da lei e do que se refere a lei no artigo 50, que trata sobre a atribuição de falta ética à ausência do  
370 pagamento da RRT, é um assunto que ficou de ser discutido no próximo seminário de Goiânia, inclusive  
371 foi feito a convite ao representante da CEP-CAU/BR, para se tratar sobre regulamentação, interpretação,  
372 o artigo da lei, o entendimento que diz que o não pagamento do RRT seria uma falta ética etc.. Disse que  
373 entendia que a lei estabelecia a possibilidade, a partir de uma intencionalidade, do não pagamento se  
374 configurar em uma falta ética. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** perguntou se os colegas estavam  
375 informados e em condição de votar. Disse que seria votado primeiro o voto de vista, e naturalmente se o  
376 voto de vista fosse aceito pelo plenário, o voto original ficava prejudicado. Perguntou se todos estavam  
377 informados e colocou em regime de votação. Após a votação, com 11 votos à favor do relato, 4 contrários  
378 e 8 abstenções, ficava aprovado o voto de vistas do conselheiro Renato Nunes, sendo assim não  
379 precisando ser discutido o voto original. Agradeceu aos colegas pela discussão. **7.2. Conclusão do**  
380 **mandato do Ouvidor Geral, José Eduardo Tibiriçá, e Projeto de Deliberação Plenária para**  
381 **homologação da indicação da Presidência, arq. urb. Roberto Simon – Deliberação CAU/BR nº**  
382 **10/2012;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** informou que a matéria tinha origem na Presidência do  
383 CAU/BR. Informou que, revivendo os fundamentos necessários do indicado a Ouvidor do CAU/BR, após  
384 conversas com colegas e especialmente com o colega Tibiriçá, quem primeiro lembrou do nome do  
385 indicado, apresentou o nome do colega Roberto Simon, como ouvidor do CAU/BR nos próximos três  
386 anos. Pediu ao Plenário a homologação daquela indicação, pois o mesmo era detentor todas as  
387 qualificações necessárias, especialmente a de conhecimento do trabalho do CAU, de conhecimento das  
388 regras da profissão no Brasil e fora do país, muito firme nas suas convicções, independência necessária  
389 para defender o CAU, acompanhou muito de perto o trabalho do colega Tibiriçá, auxiliou muito como  
390 coordenador da comissão de finanças, auxiliou na formação, na solução de diversos casos da ouvidoria e  
391 outras características. O arquiteto e urbanista **ROBERTO SIMON** agradeceu as palavras generosas do  
392 presidente, e obviamente a lembrança do colega Tibiriçá, amigo de longa data e de muitas discussões.  
393 Disse que gostaria de começar dizendo que o colega Tibiriçá elevou a Ouvidoria do CAU/BR a um  
394 padrão alto, do qual me orgulho, e que gostaria muito de poder incrementar, se tivesse a chance, se o  
395 plenário entendesse assim. O que foi coletado e o que vem se coletando nesse período de dados e de  
396 informações que partem dos arquitetos e da própria sociedade com relação ao nosso trabalho, tem lados  
397 perfeitos e lados problemáticos. E nesse sentido, primeiro o ouvidor, por si só, não iria resolver, mas pelo  
398 conjunto da equipe, pelas comissões, pelos conselheiros federais, pela própria política da organização e o  
399 interesse dela em solucionar o mais rápido possível questões que eventualmente estejam no ar. Disse que



400 os projetos devem estimular as pessoas. Enfatizou que aquele era um grande desafio, mas que estava  
401 pronto para enfrenta-lo. Agradeceu novamente o convite, a indicação, e obviamente a todos, pelo carinho  
402 que me receberem mais uma vez, em uma situação diferente, mas não sem o mesmo entusiasmo da vez  
403 passada. O conselheiro **NAPOLEÃO FERREIRA** disse que pensou em não se pronunciar naquela  
404 discussão, pois se sentia constrangido naquele debate, mas achava que tinha obrigação de colocar o que  
405 pensava, até no sentido de colaborar. Disse que se surpreendeu quando veio na proposta de pauta da  
406 plenária, pois não foi discutida no Conselho Diretor. Lembrou que o colega Simon se despediu do  
407 plenário dizendo que sairia por questões de obrigações profissionais da sua empresa, e também porque  
408 iria assumir o cargo de representante do IAB na União Internacional de Arquitetos, mesmo tendo pela  
409 frente o desafio do congresso da UIA em 2020. Então disse que achava razoável o fato do conselheiro  
410 Simon declinar de se recandidatar, já que ele teria o direito de se recandidatar ao conselho federal. Então  
411 assim, eu acho, presidente. Surpreendeu-se com a nomeação, embora fosse uma prerrogativa da  
412 presidência, pensava que poderia ter sido colocada anteriormente, se existia a ideia, na reunião do  
413 conselho diretor. Ressaltou sua preocupação que o CAU estivesse criando uma espécie de  
414 patrimonialismo, pois com os outros conselhos isso acontecia. Disse que o CAU/BR estava com três  
415 colegas valorosos, que cumpriram mandato na gestão anterior em seus respectivos estados, dois ex-  
416 presidentes, e agora no conselho federal que assumem cargos de confiança no segundo mandato.  
417 Concluiu dizendo que, dentro das circunstâncias, não estava em condições de votar pela homologação do  
418 nome do amigo Roberto Simon. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** pediu para esclarecer alguns  
419 pontos. Disse que ficou obrigado, como relator do assunto, já que estava sendo apresentado pela  
420 presidência, a se manifestar para esclarecer ao Plenário. Com relação às renovações de mandato do  
421 ouvidor, comentou que, se fosse possível, gostaria de reconduzir o colega Tibiriçá, mas infelizmente não  
422 era o que a resolução dizia. A Deliberação número 10 diz que o mandato é de um ano, renovável por até  
423 duas vezes. A indicação não era do conselho diretor, mas uma das poucas e importantes atribuições do  
424 presidente do CAU/BR. Ressaltou que na proposta apresentada ao Plenário, o presidente indica, mas o  
425 presidente não pode demitir. Apenas o plenário pode demitir antes da conclusão do mandato. Ao final do  
426 mandato se faz o convite ou não de renovação. Disse que estavam vivendo um período de construção do  
427 conselho e que era um momento de aproveitarmos as competências, o conhecimento acumulados nos três  
428 anos. Em nenhum local, na lei, no regimento geral, no nosso código de ética, havia qualquer impedimento  
429 de um ex-conselheiro, ou um ex-presidente assumisse uma função. Aproveitou a para fazer um  
430 comentário, pois nunca teve a oportunidade, já que aquele assunto nunca lhe foi trazido diretamente,  
431 como patrimonialismo ou coisas parecidas. Disse que na primeira trouxe apenas duas pessoas de sua para  
432 funções de confiança da presidência. As demais pessoas dos cargos de confiança, todas passaram por um  
433 processo de discussão interna, seletivo. Não conhecia nenhum pessoalmente, anteriormente, salvo o Eddi  
434 Yamamura, que o conhecia profissionalmente, mas não tínhamos amizade. E hoje, que o CAU/BR tem  
435 cerca de 100 funcionários, tinha a colega Mirna, o colega Raquelson e a colega Cristina, que os conheceu  
436 durante a primeira gestão e veio ter amizade posteriormente. Enfatizou que o CAU/BR estava



437 funcionando muito bem, ninguém pode comprovar qualquer tipo de patrimonialismo, inchamento de  
438 máquina, pela forte dedicação dos funcionários, dos servidores e do presidente. Afirmou sua aplicação a  
439 função para qual foi eleito. Disse que não podia aceitar, em nome da sua vida profissional e em nome de  
440 para onde iria retornar quando deixasse a presidência do CAU/BR, aquele tipo de acusação. Pediu que os  
441 colegas, por gentileza, refletissem o que tinha sido apresentado, pois tinha agido aqui com clareza, com  
442 honestidade e com retidão pessoal e profissional. Agradeceu e disse que era sua obrigação prestar conta  
443 para aquele Plenário e a quem os assistia. A conselheira **CÁSSIA ABDALLA** disse que estava  
444 constrangida, pois tinha a maior adoração pelo colega Simon, mas gostaria de ouvi-lo depois sobre o  
445 assunto. Ressaltou que lembrava muito bem quando ele se posicionou dizendo que não poderia mais  
446 desenvolver trabalhos perante o CAU, seja do estado dele ou do CAU/BR, como conselheiro federal, por  
447 falta de tempo na vida profissional e por estar assumindo a UIA. Falou que, mediante o fato, lhe veio um  
448 questionamento se o colega Simon não se candidatou porque já havia um interesse do presidente, por  
449 entender que ele realmente era uma pessoa competente, para que ele agora fosse indicado como ouvidor.  
450 Disse que para ela ficava a dúvida, assim como o caso da colega Cristina, que se desligou do seu  
451 CAU/UF e hoje é assessora do CAU/BR, se era interessante continuar como conselheira federal, ou seria  
452 melhor se desligar do conselho e, de repente, pedir ao presidente uma assessoria. Enfatizou dizendo que  
453 era desconfortante coincidência, ou não, ver colegas da gestão passada trabalhando no CAU como  
454 assessores da presidência do CAU/BR. Perguntou ao colega Simon se o tempo agora ou se o trabalho de  
455 ouvidor era menos cansativo do que o trabalho de um conselheiro federal. O presidente **HAROLDO**  
456 **PINHEIRO** disse que não iria se manifestar com relação às dúvidas que a conselheira poderia ter e  
457 naturalmente não lhe cabia esclarecê-las, que confiava no que ela achar adequado confiar. Passou a  
458 palavra para o colega Simon. O senhor **ROBERTO SIMON** falou que não ficaria pois naquele momento  
459 os seus negócios precisavam dele. Voltou para casa, trabalhei muito, colocou suas empresas em uma  
460 forma tranquila e que elas estavam trabalhando normalmente agora. Voltei para o CAU, pois se  
461 considerou disponível. Não existiu convite prévio, nenhuma articulação para que ele viesse estar lá  
462 naquele. Ressaltou dizendo que o fato que lhe entusiasmou foram os projetos inovadores colocariam o  
463 conselho em uma nova marca de tempo e em um atendimento de eficiência. Concluiu dizendo que aquela  
464 disposição estava nas mãos do Plenário que iria avaliar. O conselheiro **LUIZ AFONSO** perguntou se,  
465 como ouvidor, o colega Simon iria morar em Brasília, pois a sede do CAU/BR era lá e se as idas e vindas  
466 também eram pagas pelo conselho. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** respondeu que naturalmente,  
467 como foi com o colega Tibiriça, o colega Simon não iria morar em Brasília e suas passagens de  
468 deslocamento ao CAU/BR seriam custeadas pelo conselho, pois aquela era uma função mandatária, que  
469 não tinha aquele nível de exigência. Se senão ele ficaria limitado exclusivamente aos arquitetos de  
470 Brasília. O conselheiro **LUIZ AFONSO** pediu, por preocupação, que que tivesse uma reflexão aquilo. O  
471 conselheiro **RENATO NUNES** disse que deu para perceber, pela sua experiência vivenciada no CAU/SP,  
472 que a função do ouvidor, que era um mistério em um primeiro momento, iria exercer uma posição menos  
473 para o conselho e mais para a profissão, como se fosse um embaixador do conselho junto às milhares de



474 questões que iriam ser levantadas. Isso Disse que o ouvidor teria que ser preparado, experiente, com um  
475 sentido de liderança na equipe, senão a tendência da máquina, toda computadorizada, tornaria desumano  
476 o atendimento, passando a ser automático, quando as questões que eram levantadas pelos arquitetos iam  
477 desde as coisas mais simples da ética, até coisas de registro. Parabenizou o colega Simon pela indicação e  
478 disse que aquele era um trabalho para o embaixador cuidar dali para frente. O conselheiro **RONALDO**  
479 **LIMA** expressou que, mesmo as pessoas que se dizem constrangidas com a situação ou desconfortáveis,  
480 concordavam que havia competência e confiança por parte do presidente ao trazer o nome do colega  
481 Roberto Simon. O conselheiro **GERALDINE JÚNIOR** disse que aquele era outro debate que se coloca  
482 lá. Era um referente a remuneração da ouvidoria, com relação ao recebimento de diárias, de  
483 deslocamentos, o qual já foi aprovado anteriormente nos normativos. Os normativos aprovados em  
484 vigência no CAU já estabeleciam planos de cargos e salários, salários, deslocamentos e outros. Disse que  
485 era clara a regra de como era o pagamento, tanto de conselheiro quanto de servidores. Então se o Plenário  
486 não concordava com a questão salarial, deveria ser revisto o plano de cargos e salários. Sugeriu que o  
487 assunto fosse pautado e discutido. Concluiu dizendo que entendia que a ouvidoria era um cargo que  
488 poderia estar em qualquer lugar do território, principalmente hoje, pois foi construído um conselho que  
489 usava da tecnologia e que não necessariamente o ouvidor precisava estar em Brasília para poder ouvir os  
490 colegas arquitetos e urbanistas. O conselheiro **WELLINGTON VELOSO** disse que infelizmente já  
491 estava previsto em resolução e tinha que ser revisto. Pagar diária, pagar passagem para trabalhar, aquilo  
492 era impossível, sendo um desmerecimento dos demais assessores. O presidente **HAROLDO PINHEIRO**  
493 disse que queria alertar que o ouvidor não dava expediente, ele era um mandatário, era diferente, não era  
494 um servidor e não era um funcionário. Perguntou se poderia ouvir os colegas sobre a indicação que foi  
495 feita, sobre a qualificação do colega dentro das regras postas. O conselheiro **ANDERSON FIORETI**  
496 disse que se dependesse dele o colega Simon era muito bem-vindo, pois o conhecia há muito tempo,  
497 conhecia a seriedade e a dedicação com que se colocava em tudo que lhe era posto pela frente. Sobre os  
498 questionamentos, a única diferença era que o mandato de ouvidor recebia um subsídio. Subsídio não era  
499 salário, subsídio não tinha relação de empregabilidade com o órgão, como os deputados, os vereadores,  
500 não são empregados da câmara. A relação trabalhista, prevê pagamento de salário, 13º, FGTS e férias.  
501 Disse que era importante tentar lembrar daquilo para que fosse entendido que a presença do ouvidor,  
502 como a do conselheiro, na sede do CAU/BR deveria ser custeada pelo conselho. Concluiu dizendo que  
503 tudo estava contido na Resolução 10 do CAU/BR. O conselheiro **NAPOLEÃO FERREIRA** sugeriu que  
504 o debate fosse estendido até a próxima plenária para não houvesse açodamento, pois foi uma coisa  
505 surpreendente para ele. O conselheiro **FERNANDO COSTA** disse que, se colocando no lugar do colega  
506 Simon, estava constrangido, pois teve o nome indicado para a ouvidoria e surgiram vários assuntos  
507 pertinentes, mas que não era foro de discussão naquele momento. Disse que a coordenadora da COA-  
508 CAU/BR já se colocou à disposição, em *off*, para rever todas aquelas resoluções que necessitassem. O  
509 presidente **HAROLDO PINHEIRO** fez uma consulta direta pedindo aos colegas que eram à favor de  
510 que a indicação e que a mesma fosse homologada naquela data se manifestassem levantando o braço



511 Doze votos à favor. Pediu aos colegas que fossem contrários que fizessem o mesmo, Nove votos  
512 contrários. Houve duas abstenções. O conselheiro **HUGO SEGUCHI** perguntou se tinha problema do  
513 colega Simon ser membro da UIA e ouvidor do CAU/BR. O presidente **HAROLDO PINHEIRO**  
514 respondeu dizendo que não havia problema político, nem prático. Não havia interferência entre as ações.  
515 O conselheiro **NAPOLEÃO FERREIRA** disse que havia problema. O presidente **HAROLDO**  
516 **PINHEIRO** perguntou se os colegas estavam informados e se poderia entrar em regime de votação. Os  
517 que acompanhassem à indicação do nome do colega Roberto Simon para exercer a função de ouvidor do  
518 CAU/BR, votassem sim. Os que fossem contrários à indicação do nome colega Roberto Simon, votassem  
519 não. Os que preferissem, poderiam se abster. Com quatorze votos á favor, quatro votos contrários e cinco  
520 abstenções o tema foi aprovado. Agradeceu muito ao plenário por todas as contribuições, agradeceu ao  
521 colega Roberto Simon por ter aceitado o convite. Concluiu dizendo que o colega Roberto Simon era bem-  
522 vindo ao trabalho no CAU/BR. **7.3. Projeto de Deliberação Plenária para Aprovação da Resolução**  
523 **que Dispõe sobre os Procedimentos para Aprovação dos Atos Administrativos do Tipo Resolução,**  
524 **Deliberação e Proposta, de Competência do CAU;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** pediu que a  
525 coordenadora da COA-CAU/BR apresentasse a matéria. A conselheira **GISLAINE SAIBRO** disse que  
526 estava trazendo aquele para apreciação e deliberação dos colegas, pois a COA-CAU/BR entendia que a  
527 partir da aprovação daquele regulamento, poderia ser estabelecida a regra para aprovação das resoluções,  
528 com os prazos e com tudo aquilo que era preciso ser previsto para aprovação dos documentos. Fez a  
529 leitura do projeto e em seguida a leitura da deliberação. O conselheiro **ANDERSON FIORETI** disse que  
530 era bom ver aquele assunto finalmente sendo tratado no plenário, pois o mesmo sempre estava no forno,  
531 na urgência de fazer as resoluções e tentando confiar obviamente na capacidade dos conselheiros, mas  
532 sem nenhuma condição, naquele momento, de ampliar a discussão dos assuntos das resoluções. O  
533 presidente **HAROLDO PINHEIRO** perguntou se todos estavam bem informados e se poderiam entrar  
534 em regime de votação. Disse aos que acompanhassem o voto da relatora e o texto com os ajustes aqui  
535 propostos votassem sim. Os que não concordassem votassem não. Os que preferissem, poderiam se  
536 abster. Concluída a votação, a matéria foi aprovada por unanimidade. A conselheira **GISLAINE**  
537 **SAIBRO** agradeceu aos colegas, principalmente aos colegas de comissão e à assessoria que tem  
538 colaborado sempre com todas as iniciativas de competência da COA-CAU/BR. O presidente **HAROLDO**  
539 **PINHEIRO** encerrou a sessão do dia, convocando todos para o dia seguinte às nove horas da manhã.  
540 **7.11. Projeto de Deliberação Plenária que amplia o prazo para justificção de ausência nas eleições**  
541 **de 2014;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** informou que o prazo atual vencia na próxima terça-  
542 feira, trinta de junho, sendo importante que o setor de comunicação integrada pudesse fazer uma  
543 divulgação a tempo de evitar o excesso de críticas desnecessárias na segunda e na terça-feira. Fez a leitura  
544 já com as correções. Disse que já tinha consultado o coordenador da CEN-CAU/BR e que a intenção era  
545 que naquele tempo pudessem reavaliar, com segurança jurídica, equilíbrio e com o preceito de  
546 razoabilidade imposto pela constituição, ajustes que fossem necessários. O conselheiro **LUIZ AFONSO**  
547 disse que queria pedir aos conselheiros que aprovassem aquela resolução, pois a demanda de profissionais



548 que não justificaram o voto foi muito grande, precisando de um tempo de preparação para poder cobrar as  
549 multas e lançar as infrações que forem devidas conforme a lei. O presidente **HAROLDO PINHEIRO**  
550 disse que tinha uma quantidade grande em números, mas tinha a certeza que naquele número constava  
551 dados do conselho anterior, que incluía muitos colegas que já falecidos. Acreditava que havia de dez a  
552 quinze por cento dos arquitetos ausentes da eleição. O conselheiro **WELLINGTON VELOSO**  
553 perguntou se haveria a possibilidade de quando o arquiteto entrasse no SICCAU com a sua senha,  
554 aparecesse uma informação de necessidade da justificativa do voto na eleição de 2014, O presidente  
555 **HAROLDO PINHEIRO** anotou a sugestão para encaminhamento. Perguntou se todos estavam  
556 informados e colocou a matéria em regime de votação. Disse que os que acompanhassem o processo de  
557 resolução como proposto votassem sim. Os que discordassem, votassem não ou, caso preferissem, a  
558 abstenção. Concluída a votação, a matéria foi aprovada por unanimidade dos votos. Pede a assessoria de  
559 comunicação que preparasse a notícia. **7.4. Projeto Deliberação Plenária para Aprovação das**  
560 **Diretrizes para Reprogramação do Plano de Ação Exercício 2015:** o presidente **HAROLDO**  
561 **PINHEIRO** disse que o tema tinha por origem a Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/BR e  
562 passou a palavra ao colega coordenador da comissão para encaminhar a matéria. O conselheiro  
563 **ANDERSON FIORETI** apresentou o projeto e leu a deliberação. O presidente **HAROLDO**  
564 **PINHEIRO** colocou a matéria em discussão. O conselheiro **RENATO NUNES** disse que no item  
565 "multas e taxas" na programação que foi aumentado significativamente. Perguntou se estavam incluídas  
566 as multas por não comparecimento à eleição. Só aquilo dava quinze milhões. O presidente **HAROLDO**  
567 **PINHEIRO** respondeu que não e foi complementado pelo conselheiro Anderson que disse que não tinha  
568 como estimar. Perguntou se o Plenário estava esclarecido em condições de deliberar. Colocou a matéria  
569 em regime de votação. Disse que os que acompanhassem o processo de resolução como proposto  
570 votassem sim. Os que discordassem, votassem não ou, caso preferissem, a abstenção. Concluída a  
571 votação, anunciou que a matéria tinha sido aprovada por vinte e três votos à favor e uma abstenção.  
572 Cumprimentou a comissão, a sua assessoria e pessoal de apoio pela resolução. **7.5. Projeto Deliberação**  
573 **Plenária para Aprovação da Resolução que Regulamenta as Competências e a Composição da**  
574 **Comissão Eleitoral Nacional;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** informou que a matéria teve origem  
575 na COA-CAU/BR e solicitou a coordenadora da comissão que encaminhasse o tema. A conselheira  
576 **GISLAINE SAIBRO** informou que aquela matéria já tinha passado por leitura no Plenário. Após aquela  
577 leitura foram incorporadas as sugestões feitas pela presidência, jurídico e comissões, através de seus  
578 conselheiros. Fez a leitura do documento e da deliberação. O presidente **HAROLDO PINHEIRO**  
579 agradeceu as duas comissões, COA-CAU/BR e CEN-CAU/BR, que atuaram naquele projeto de  
580 resolução. Consultou o Plenário e perguntou se estavam bem informados e se estavam de acordo que  
581 entrassem em regime de votação. Disse que os que acompanhassem o processo de resolução como  
582 proposto votassem sim. Os que discordassem, votassem não ou, caso preferissem, a abstenção. Concluída  
583 a votação, anunciou que a matéria tinha sido aprovada por unanimidade. **7.6. Projeto Deliberação**  
584 **Plenária para Aprovação da Resolução de Ressarcimento de Valores Pagos Indevidamente por**



585 **Arquitetos e Urbanistas ao CAU;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** informou que a matéria tinha  
586 origem na CPFi-CAU/BR e passou a palavra para o coordenador da comissão para encaminhar o tema. O  
587 conselheiro **ANDERSON FIORETI** disse que aquele assunto tinha a necessidade de normatizar a forma  
588 de como o CAU estava ressarcindo os arquitetos de valores que foram pagos indevidamente. Pediu ao  
589 gerente financeiro Renato que fizesse uma breve apresentação, O gerente financeiro do CAU/BR  
590 **RENATO MELO** disse que se tratava da resolução visando regulamentar os ressarcimentos a serem  
591 concedidos aos profissionais arquitetos e urbanistas e pessoas jurídicas de valores pagos indevidamente  
592 ao CAU/UF e ainda das devoluções do CAU/BR aos CAU/UF de sua quota-parte e dá outras  
593 providências. Eram valores que, em grande parte, os profissionais e pessoas jurídicas pagaram  
594 indiretamente. Ressaltou que o recurso que está em posse do CAU está sendo regulamentando. O  
595 conselheiro **ANDERSON FIORETI** leu a deliberação. O presidente **HAROLDO PINHEIRO**  
596 agradeceu, consultou o Plenário e perguntou se estavam bem informados e se estavam de acordo que  
597 entrassem em regime de votação. Disse que os que acompanhassem o processo de resolução como  
598 proposto votassem sim. Os que discordassem, votassem não ou, caso preferissem, a abstenção. Concluída  
599 a votação, anunciou que a matéria tinha sido aprovada por unanimidade. O conselheiro **ANDERSON**  
600 **FIORETI** agradeceu pelas contribuições. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** suspendeu a sessão e  
601 convocou todos para retoma-la às quatorze horas. **7.8. Projeto Deliberação Plenária de Julgamento de**  
602 **Processo Ético Disciplinar nº 211466/2015;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** solicitou ao relator  
603 da matéria fizesse o relato. O conselheiro **LUIZ AFONSO** leu o relatório do processo de nº 001203,  
604 protocolo SICCAU nº 211466/2015, denunciante CAU/RN. Considerando os fatos relatados que  
605 constavam nos autos daquele processo, o relator manteve as sanções aplicadas pela plenária do CAU/RN  
606 pelas infrações cometidas. Votou pela suspensão de 90 dias cumulados com a multa de três anuidades  
607 para todos os profissionais envolvidos. Leu a Deliberação Plenária. O presidente **HAROLDO**  
608 **PINHEIRO** disse que os que acompanhassem o processo de resolução como proposto votassem sim. Os  
609 que discordassem, votassem não ou, caso preferissem, a abstenção. Concluída a votação, anunciou que a  
610 matéria tinha sido aprovada com dezenove votos à favor e uma abstenção. . Agradeceu muito ao colega  
611 Luiz Afonso e à comissão. **7.9. Projeto de Deliberação Plenária que Homologa Registro de**  
612 **Profissionais Diplomados no Exterior;** o presidente **HAROLDO PINHEIRO** convidou o coordenador  
613 da CEF-CAU/BR para apresentar a matéria. O conselheiro **FERNANDO COSTA** informou que a  
614 interessada era Maria Paula do Mel, que se diplomou pela Universidade de Buenos Aires, na Argentina, e  
615 teve seu diploma revalidado pela Universidade Federal do Sergipe. Fez a leitura da deliberação. O  
616 presidente **HAROLDO PINHEIRO** colocou a matéria em discussão e depois perguntou se todos  
617 estavam informados. Colocou o tema em regime de votação e disse que os que acompanhassem o  
618 processo de resolução como proposto votassem sim. Os que discordassem, votassem não ou, caso  
619 preferissem, a abstenção. Concluída a votação, anunciou que a matéria tinha sido aprovada por  
620 unanimidade. Agradeceu ao colega Fernando Costa, à comissão e aos funcionários que atuaram no  
621 processo. **7.7. Projeto Deliberação Plenária de Julgamento de Processo Ético Disciplinar nº**



622 **77049/2014**; o presidente passou a palavra à relatora da matéria. A conselheira **CÁSSIA ABDALLA**  
623 informou que o processo tinha o nº 177049 - SICCAU. Disse que votava pela manutenção da decisão do  
624 plenário nº 06/2014 CAU/GO, datada de 26 de março de 2014, que aprovava, na íntegra, o relatório  
625 apresentado pela Comissão de Ética e Disciplina, ou seja, a aplicação de penalidade de advertência  
626 reservada. Leu a Deliberação Plenária nº 004307/2015, que aprovava a deliberação nº 019/2015 CED-  
627 CAU/BR de 11 de junho de 2015. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** colocou a matéria em  
628 discussão e depois perguntou se todos estavam informados. A conselheira **LANA JUBÉ** informou que  
629 estava impedida de votar, pois tinha votado no processo no CAU/GO no ano passado. O presidente  
630 **HAROLDO PINHEIRO** colocou o tema em regime de votação e disse que os que acompanhassem o  
631 processo de resolução como proposto votassem sim. Os que discordassem, votassem não ou, caso  
632 preferissem, a abstenção. Concluída a votação, anunciou que a matéria tinha sido aprovada por  
633 unanimidade. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** agradeceu a todos da comissão. **7.10. Projeto**  
634 **Deliberação Plenária que Aprova o Memorando de Entendimento entre o CAU/BR e o Colégio de**  
635 **Arquitetos da Costa Rica (extra pauta)**; O presidente **HAROLDO PINHEIRO** informou que a  
636 matéria teve origem na Comissão de Relações Internacionais. Solicitou que o coordenador da comissão  
637 apresentasse o tema. O conselheiro **FERNANDO DINIZ** leu o Memorando de Entendimento e disse que  
638 o mesmo fazia parte de um esforço em estabelecer relações com outros conselhos, particularmente da  
639 América Latina, além dos travados com o Mercosul. Leu a Deliberação Plenária nº 4310/2015. O  
640 presidente **HAROLDO PINHEIRO** colocou a matéria em discussão e depois perguntou se todos  
641 estavam informados. Colocou o tema em regime de votação e disse que os que acompanhassem o  
642 processo de resolução como proposto votassem sim. Os que discordassem, votassem não ou, caso  
643 preferissem, a abstenção. Concluída a votação, anunciou que a matéria tinha sido aprovada por  
644 unanimidade. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** agradeceu a todos da comissão. O conselheiro  
645 **GERALDINE JÚNIOR** disse que queria apenas registrar a importância da construção daqueles  
646 memorandos, pois acordos de cooperação internacionais, especialmente com os países latino-americanos  
647 que possuem estudantes aqui no Brasil, vão facilitar a vida daqueles futuros profissionais nos seus países  
648 de origem. Disse que era muito importante para que levássemos o retorno para UNILA, que estava no  
649 momento preparando o seu processo de cadastro no CAU, anda também o processo de reconhecimento  
650 junto ao Ministério da Educação no Brasil. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** disse que tinham  
651 concluído a ordem do dia da quadragésima terceira reunião plenária do CAU/Brasil. **8. Comunicações**; o  
652 presidente abriu a palavra aos conselheiros para seus avisos. O conselheiro **LUIZ AFONSO** avisou que o  
653 CAU/RR estava com uma nova presidente em exercício, Maria Perpétuo Socorro, em virtude do  
654 afastamento do colega Pedro Hees, que pediu para tratar de problema de saúde. Fomos convidados para  
655 uma conversa com os alunos e professores de arquitetura, inclusive com o coordenador do curso de  
656 arquitetura da Universidade Federal de Roraima, membro do CAU/RR. O conselheiro **WELLINGTON**  
657 **VELOSO** informou que o presidente Adolfo Maia do CAU/PA, na última reunião plenária ampliada,  
658 trouxe um documento vindo do IAB/PA com um abaixo-assinado de cento e doze arquitetos contra



659 notícias relacionadas com a Reserva Técnica. Foi verificado e, dos cento e doze arquitetos que fizeram  
660 abaixo-assinado, quarenta e sete deles estavam irregulares com o CAU/PA. O conselheiro **CLAUDEMIR**  
661 **ANDRADE** louvou a iniciativa do CEAU de realizar em Manaus a sua última reunião, tirando do eixo  
662 centro-oeste/sul para discutir Arquitetura e Urbanismo. A conselheira **MARIA LAÍS** informou que na  
663 última plenária do CAU/MA foi acertada a presença maciça dos conselheiros na primeira audiência  
664 pública da reformulação do plano diretor de São Luiz e que o Ministério Público delegou ao CAU/MA  
665 conduzir todo o processo, de acordo com o seu conhecimento sobre o assunto. Disse que na próxima  
666 semana estava indo à Caxias, uma cidade do interior do Maranhão, como representante do Conselho  
667 Estadual de Cidades, para uma reunião onde seria feito um levantamento de como andava a situação dos  
668 planos diretores de todas as cidades do estado do Maranhão. A conselheira **LANA JUBÉ** disse que  
669 entendia que naquele momento necessitava de uma revisão nas resoluções que aprovavam valores de  
670 diárias, viagens e de contratos. Ressaltou que aquelas coisas tinham que ser muito bem esclarecidas,  
671 senão geraria uma situação de desconforto muito grande. Assim, solicitava oficialmente que aquilo fosse  
672 feito. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** disse que queria entrar em defesa do plenário passado  
673 daquele conselho, dizendo que o assunto foi discutido, todos os conselheiros na época compreenderam,  
674 debateram e ofereceram sugestões. Se se não lhe falhava a memória, foi aprovada por unanimidade. A  
675 conselheira **CÁSSIA ABDALLA** disse que não lembrava da aprovação da Resolução nº 10, e se de  
676 repente ela votou à favor do tema, era porque entendia que aquilo era certo, correto, mas hoje, em termos  
677 de economicidade, pensava que precisava dar uma revisada melhor sobre aquilo. A conselheira  
678 **GISLAINE SAIBRO** disse que estava sendo citada a respeito daquelas manifestações. Falou que a  
679 COA-CAU/BR estava à disposição para que, no entendimento do plenário, pelo menos dar uma lida  
680 crítica e verificar se existe algo que poderia ser aprimorado, melhorado no entendimento da maioria dos  
681 colegas. O presidente **HAROLDO PINHEIRO** solicitou que fizessem uma homenagem ao colega José  
682 Eduardo de Castro Bicudo Tibiriçá, que participava da última sessão do CAU/BR como ouvidor geral da  
683 primeira gestão. Entregou uma placa para que levasse de recordação daquele período tão importante,  
684 produtivo e de fato emocionante da oportunidade única e rara de fundar um conselho. **9. Encerramento:**  
685 o presidente **HAROLDO PINHEIRO** perguntou aos presentes se havia mais alguma consideração a  
686 fazer, e não havendo deu por encerrada a segunda sessão da quadragésima terceira Reunião Plenária às  
687 dezoito horas e cinco minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e quinze. Nada mais havendo a  
688 tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

**HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ**

Presidente do CAU/BR

**Daniela Demartini Fernandes**

Secretária Geral da Mesa do CAU/BR